

RECLAMAÇÃO Nº 39.382 - RS (2019/0353514-7)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECLAMANTE : **JOAO FRANCISCO DE LIMA**
ADVOGADOS : **LAURI KRUGER - RS060258**
 : **CATIUCIA GRACIELA ANACLETO SPECHT - RS067828**
RECLAMADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
INTERES. : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de reclamação ajuizada por João Francisco de Lima contra acórdão proferido pela Câmara da Função Delegada dos Tribunais Superiores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado (e-STJ, fl. 6):

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. POSSIBILIDADE. RESP 1.369.834/PI – TEMA 660 DO STJ.

Estando o acórdão vergastado de acordo com o entendimento manifestado pelo STJ, em sede de Recursos Repetitivos, deve ser mantida a negativa de seguimento do recurso especial. Inteligência do artigo 1.030, I, "b", do Novo Código de Processo Civil. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO COM APLICAÇÃO DE MULTA.

A explanação apresentada pelo reclamante pode ser reduzida ao seguinte: a) o auxílio-acidente é concedido imediatamente após a interrupção do auxílio-doença acidentário, sem necessidade de pedido administrativo; e b) sendo o pleito de restabelecimento do auxílio-doença acidentário ou de concessão de auxílio-acidente, seria enquadrado no item 4 da ementa do RE 631.240/MG, assim ementado:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E INTERESSE EM AGIR.

1. A instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição. Para se caracterizar a presença de interesse em agir, é preciso haver necessidade de ir a juízo.

2. A concessão de benefícios previdenciários depende de requerimento do interessado, não se caracterizando ameaça ou lesão a direito antes de sua apreciação e indeferimento pelo INSS, ou se excedido o prazo legal para sua análise. É bem de ver, no entanto, que a exigência de prévio requerimento não se confunde com o esgotamento das vias administrativas.

3. A exigência de prévio requerimento administrativo não deve prevalecer quando o entendimento da Administração for notória e reiteradamente contrário à postulação do segurado.

4. Na hipótese de pretensão de revisão, restabelecimento ou manutenção de benefício anteriormente concedido, considerando que o INSS tem o dever legal de conceder a prestação mais vantajosa possível, o pedido poderá ser formulado diretamente em juízo – salvo se depender da análise de matéria de fato ainda não levada ao conhecimento da Administração –, uma vez que, nesses casos, a conduta do INSS já configura o não acolhimento ao menos tácito da pretensão.

5. Tendo em vista a prolongada oscilação jurisprudencial na matéria, inclusive no Supremo Tribunal Federal, deve-se estabelecer uma fórmula de transição para lidar com as ações em curso, nos termos a seguir expostos.

6. Quanto às ações ajuizadas até a conclusão do presente julgamento (03.09.2014), sem que tenha havido prévio requerimento administrativo nas hipóteses em que exigível, será observado o seguinte: (i) caso a ação tenha sido ajuizada no âmbito de Juizado Itinerante, a ausência de anterior pedido administrativo não deverá implicar a extinção do feito; (ii) caso o INSS já tenha apresentado contestação de mérito, está caracterizado o interesse em agir pela resistência à pretensão; (iii) as demais ações que não se enquadrem nos itens (i) e (ii) ficarão sobrestadas, observando-se a sistemática a seguir.

7. Nas ações sobrestadas, o autor será intimado a dar entrada no pedido administrativo em 30 dias, sob pena de extinção do processo. Comprovada a postulação administrativa, o INSS será intimado a se manifestar acerca do pedido em até 90 dias, prazo dentro do qual a Autarquia deverá colher todas as provas eventualmente necessárias e proferir decisão. Se o pedido for acolhido administrativamente ou não puder ter o seu mérito analisado devido a razões imputáveis ao próprio requerente, extingue-se a ação. Do contrário, estará caracterizado o interesse em agir e o feito deverá prosseguir.

8. Em todos os casos acima – itens (i), (ii) e (iii) –, tanto a análise administrativa quanto a judicial deverão levar em conta a data do início da ação como data de entrada do requerimento, para todos os efeitos legais.

9. Recurso extraordinário a que se dá parcial provimento, reformando-se o acórdão recorrido para determinar a baixa dos autos ao juiz de primeiro grau, o qual deverá intimar a autora – que alega ser trabalhadora rural informal – a dar entrada no pedido administrativo em 30 dias, sob pena de extinção. Comprovada a postulação administrativa, o INSS será intimado para que, em 90 dias, colha as provas necessárias e profira decisão administrativa, considerando como data de entrada do requerimento a data do início da ação, para todos os efeitos legais. O resultado será comunicado ao juiz, que apreciará a subsistência ou não do interesse em agir.

Aduz, ainda, que, tendo este Superior Tribunal adotado a tese firmada pelo Supremo Tribunal, quando do julgamento do Tema 660 dos Recursos Repetitivos, teria havido, no caso, interpretação equivocada do Tribunal local quanto ao entendimento aqui firmado.

Com essas alegações, pleiteia (e-STJ, fls. 17 e 18):

Ante o exposto se requer o provimento da presente reclamação, para o fim de cassar a decisão reclamada, em respeito ao que ficou decidido no julgamento dos temas de nº 660/STJ e 350/STF, determinando o retorno dos autos à primeira instância, e prosseguimento do feito para a sua devida e adequada instrução, afastando o óbice de exigência de prévio requerimento administrativo em caso de postulação judicial de auxílio-acidente precedido de auxílio- doença, esse deferido administrativamente pela autarquia reclamada.

Igualmente se requer :

- a) sejam requisitadas informações à autoridade cujo ato foi impugnado, que deverão ser prestadas no prazo de 10 (dez) dias, nos termos em que dispõe o artigo 989, inciso I, do CPC;
- b) seja determinada a suspensão do processo, de modo a evitar dano irreparável ocasionado pelo trânsito em julgado do acórdão, nos termos em que dispõe o artigo 989, inciso II, do CPC;
- c) a citação do beneficiário da decisão impugnada para apresentar contestação em 15 (quinze) dias, em obediência ao disposto no artigo 989, inciso III, do CPC;
- d) a revogação da multa aplicada na decisão reclamada, por inobservância da aplicação sistêmica das disposições do CPC, conforme explanado nas razões antes desfiladas;

Concedida a gratuidade de justiça (e-STJ, fl. 215).

É o relatório.

Com efeito, nos termos do art. 988, I, II e IV, do CPC/2015, caberá reclamação nestas hipóteses:

- I – preservar a competência do tribunal;
- II – garantir a autoridade das decisões do tribunal;
- III – garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;
- IV – garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência;

No caso, o inciso II do § 5º do mencionado dispositivo do novo código processual admitiria a reclamação para a situação aqui tratada:

§ 5º É inadmissível a reclamação:

- I – proposta após o trânsito em julgado da decisão reclamada;
- II – proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, **quando não esgotadas as instâncias ordinárias.**

Entretanto, essa possibilidade de admissão da reclamação ainda está sendo discutida pela Corte Especial deste Superior Tribunal na Reclamação n. 36.476/SP,

Superior Tribunal de Justiça

a qual se encontra pendente de voto-vista a ser proferido pelo Min. Herman Benjamin.

Desse modo, estando exauridas as vias recursais, e atendidos os requisitos da fumaça do bom direito e do perigo da demora, é cabível a suspensão do feito na origem.

Ante o exposto, dou provimento ao pleito de suspensão do feito na origem, até o julgamento da presente reclamação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator